

# FMI endossa reação do governo federal

*Porta-voz disse que a instituição nada tinha a acrescentar à nota divulgada sobre moratória*

PAULO SOTERO  
Correspondente

WASHINGTON – O Fundo Monetário Internacional (FMI) endossou ontem a reação enérgica do governo federal à suspensão unilateral por três meses do pagamento das dívidas de Minas Gerais com a União, anunciada na quarta-feira pelo novo governador do Estado, Itamar Franco. Um porta-voz do FMI disse que a instituição nada tinha a acrescentar à nota divulgada pelo Ministério da Fazenda sobre o assunto e indicou que o confronto entre Belo Horizonte e Brasília não deve afetar a execução das metas do programa de estabilização fiscal que o Brasil negociou com o Fundo, porque a administração federal tem meios legais para neutralizar os efeitos da moratória mineira. “Mas é claro que seria melhor se não tivéssemos essa situação”, disse o porta-voz.

A preocupação que a ação de Itamar provoca no FMI é compartilhada pelo Tesouro dos Estados Unidos, que teve um papel central na montagem do crédito de US\$ 41,5 bilhões que a comunidade financeira internacional oficial ofereceu ao País em outubro, em apoio à execução do penoso programa de ajuste fiscal. O temor é com o impacto ne-

gativo que a moratória de Itamar já provoca sobre a limitada confiança que os investidores têm demonstrado em relação à economia brasileira. A crise aberta pelo governador derrubou os papéis da dívida brasileira e forçou uma baixa generalizada nas bolsas ontem.

Executivos divergiram na avaliação do impacto da moratória mineira. Analistas em Londres minimizaram o alcance da decisão de Itamar, dizendo que ela é mais uma briga política por concessões financeiras aos Estados do que um desafio frontal ao programa de ajuste. “É claro que é preocupante, mas não é preocupante, por ora, em termos fiscais”, disse Charles Blitzer, economista-chefe para mercados emergentes da Donaldson, Lufkin & Jenrette. Corretores de ações em Londres salientaram que a suspensão de pagamentos anunciada em Belo Horizonte refere-se apenas aos compromissos de Minas com a União e não afeta pagamentos das obrigações a credores externos e credores privados brasileiros.

Desmentindo declaração de Henrique Hargreaves, que indicou a possibilidade de Minas não pagar compromissos externos, um corretor de um banco europeu em Londres afirmou ontem à agência Reuters que “Minas Gerais disse que separou o dinheiro para pagar euro-

bônus que vencem no mês que vem e honrará suas obrigações”. A possibilidade de uma moratória de qualquer tipo sobre pagamentos externos, por remota que seja, é suficiente para provocar uma fuga dos ativos dos países emergentes, pois os corretores e investidores desses mercados ainda não se recuperaram das pesadas perdas que sofreram depois da moratória parcial da Rússia, em agosto.

Um economista do mercado financeiro que acompanha a economia brasileira há duas décadas manifestou-se perplexo com Itamar. “É uma grande ironia e muito prejudicial que Itamar Franco, que já se declarou o verdadeiro pai do real, esteja agora apunhalando o Plano Real pelas costas”, disse Arturo Porzecanski, economista do banco de investimentos ING Barings. Porzecanski, que tem feito análises pessimistas sobre a capacidade do País de honrar as metas do acordo com o FMI, disse que o impacto ne-

gativo de ações como o calote mineiro na União e a rejeição da reforma do sistema de previdência do setor público, em novembro, “começa a ser igual ou maior do que o impacto favorável das medidas positivas” que o governo vem conseguindo aprovar e tomar para executar o programa fiscal. “Tenho dito aos clientes que esse processo de ajuste

no Brasil será politicamente difícil, mas o País precisa começar a construir um histórico mais sólido de progressos porque cada passo atrás está anulando o efeito positivo dos dois passos que dá para frente, em termos da confiança dos investidores.” O economista do ING, que é um interlocutor regular da comunidade financeira oficial, disse que o Tesouro “está preocupado”, pois sabe que “o programa brasileiro terá de ser repensado em fevereiro, quando haverá a primeira revisão, pois talvez não se sustente até março”.

Paulo Leme, economista do banco de investimentos Goldman Sachs, é mais otimista. Ele diz que é importante diferenciar os efeitos da tentativa de calote do governador mineiro no curto prazo e no médio e longo prazo. “No curto prazo, o impacto é obviamente negativo, porque gera novas dúvidas sobre o grau de comprometimento dos políticos brasileiros, excluindo o presidente Fernando Henrique Cardoso e a equipe econômica, com o ajuste fiscal”, disse Leme. “Sem os Estados, não dá para fazer o ajuste fiscal.” Leme lembrou que, embora Minas isoladamente não pese, a iniciativa de Itamar pode tornar inviável o programa, se for seguida por outros Estados. Por isso, a ação de Itamar suscita “uma questão sobre a seriedade” da classe política, disse.

“Não se esperava que um país que atravessou a crise de outubro ainda tivesse dúvidas de que é necessário fazer esse tipo de ajuste.”

Para Leme, a forte reação do governo federal foi “certada” porque desestimula outros Estados a seguir o exemplo de Minas e põe o País diante de uma decisão que vem sendo adiada há anos e, mais

cedo ou mais tarde, teria de ser enfrentada, se o Brasil quiser consolidar a estabilidade ganha com o real. “Estamos hoje na etapa mais importante do programa, porque depois de vários anos em

que os Estados tinham suas finanças estranguladas e obtinham concessões (de Brasília) na renegociação de suas dívidas, chegou-se agora a uma situação em que os Estados não têm mais fontes de financiamento, não têm mais curingas na manga, como empresas e bancos estaduais, e não têm como cumprir com o pagamento da folha de funcionários, com o serviço da dívida e com o custeio das despesas correntes, a menos que cortem as despesas – e a única forma de fazer isso é demitir pessoal”, disse Leme. “Por isso este é um momento crucial: ou o governo mantém uma posição muito firme e assegura um feito histórico resolvendo uma das principais fontes do desequilíbrio fiscal, que são os Estados, ou o País retrocede.”

**AGORA NÃO  
HÁ MAIS  
CURINGAS PARA  
OS ESTADOS**

**E**EXECUTIVOS  
DIVERGIRAM NA  
AVALIAÇÃO DO  
IMPACTO